

SUJO APROVEITAMENTO DO MDL. É NECESSÁRIO MUDAR O PROTOCOLO DE KYOTO

O Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) do Protocolo de Kyoto estabelece que as Partes não incluídas no Anexo I (países em desenvolvimento) se beneficiarão das atividades de projetos que resultem em reduções das emissões certificadas (RECs) e as Partes do Anexo I (países industrializados) poderão usar as certificações para contribuir ao cumprimento de parte de seus compromissos. O propósito é incentivar o desenvolvimento sustentável em países em desenvolvimento e facilitar que os industrializados cumpram seus compromissos de redução de gases de efeito estufa (GEE) da forma mais barata possível. Um REC ou “crédito de carbono” corresponde a 1 ton de CO₂-eq.

O MDL, desafortunadamente, não está alcançando o objetivo de ajudar a frear o aquecimento global, mas sim está incentivando a agudização do problema. Empresas de países industrializados investem em países em desenvolvimento que geram RECs, mas estes novos desenvolvimentos frequentemente emitem GEE adicionais. Os RECs são adquiridos e utilizados por ditas empresas para cumprir suas obrigações de redução, resultando que os industrializados seguem emitindo igual e aqueles em desenvolvimento aumentam suas emissões. Avaliações independentes têm encontrado que, com frequência, os projetos MDL não reduzem as emissões prometidas, e muitos não cumprem com o objetivo de desenvolvimento sustentável. Também, ~20% dos projetos não cumprem com o princípio de “adicionalidade”, que não tivessem ocorrido sem o incentivo dos RECs.

Os projetos mais controversos, até escandalosos, são os de redução de emissões do HFC-23 (<http://www.cdm-watch.org>). Este hidrofluorcarbono, um “supergas” de efeito estufa, 11.700 vezes mais poderoso que o CO₂, é lançado na atmosfera quando da produção de HCFC-22, principal substituto permitido temporalmente pelo Protocolo de Montreal (PM) dos CFC-11 e CFC-12, maiores causantes da deterioração da capa de ozônio. O HCFC-22, usado sobretudo em refrigeração, destrói muito menos ozônio estratosférico que os CFC; também é um potente GEE, com potencial de aquecimento global (PAG) de 1.800.

Devido ao altíssimo PAG do HFC-23, sua incineração gera 11.700 RECs por tonelada destruída, cujo valor no mercado bursátil é aproximadamente cinco vezes o valor da venda do HCFC-22. Por outra parte, o custo de incineração (USD 0,24/ton) é 70 vezes menor que os RECs gerados (USD17/ton), o que incentiva a sobreprodução de HCFC-22. É mais, uma denúncia entregue ao Painel das Metodologias

do MDL evidenciou que fabricantes de HCFC-22 manipulam operações para aumentar o HFC-23 gerado para sua destruição e aumentar os RECs. Assim, o MDL estaria propiciando a produção de dois poderosos GEE em um enorme negócio, em parte fraudulento, cuja atividade não ajuda ao desenvolvimento sustentável. Além disso, o patrocínio da produção de HCFC-22 pelo MDL atentaria contra o PM, que aprovou financiar a futura substituição dos HCFC por substâncias sem efeito sobre a camada de ozônio.

Sómente 2,5% dos projetos MDL são de HFC-23, mas geram 52,6% dos RECs. Claramente, estão sendo financiados projetos de baixo custo. O investimento em projetos de HFC-23 é em média de USD1,12/REC/ano, enquanto que um de energia solar requeriria mais de USD7000/REC/ano. Simples matemáticas: os projetos de HFC-23 são 6250 vezes mais baratos que os solares. Se beneficiam empresas químicas funcionando em países em desenvolvimento, banqueiros de países industrializados, e alguns governos com impostos sobre os RECs. Cabe destacar que menos da metade da produção mundial de HFC-23 é incinerada e se espera um crescimento substancial de projetos de MDL neste respeito, em detrimento de projetos que realmente impulsionem um desenvolvimento sustentável em países em desenvolvimento.

As avaliações em função dos resultados do Acordo de Copenhague prognosticam um catastrófico aquecimento no século 21 (Interciência 35: 624-631, 2010). Para evitá-lo, os países industrializados devem reduzir drasticamente suas emissões locais, não através do uso de RECs. Por sua vez, os países em desenvolvimento, especialmente os emergentes, devem se esforçar na busca de soluções. A estrutura e mecanismos do Protocolo de Kyoto não são compatíveis com a dramática situação e, ao culminar seu primeiro período em 2012, deveria ser emendado ou mudado por um novo tratado. O MDL deve ser modernizado, sua integridade ambiental melhorada e o financiamento focado em projetos sustentáveis para os países menos desenvolvidos, que incluam componentes econômicos, sociais e ambientais. O problema apresentado com os HCFC e HFC deveria ser administrado pelo PM através do Fundo Multilateral, financiando diretamente a incineração de todo o HFC-23 produzido. Se mantidos as RECs, ou algo parecido, sua quantidade deveria limitar-se, ser avaliadas cuidadosamente e ser cotadas segundo a quantidade do investimento em projetos de desenvolvimento. Debe ser evitado que os financistas continuem lucrando sem esforço.

EUGENIO SANHUEZA
Instituto Venezolano de Investigaciones Científicas